

O constitucionalista original da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro: relembando Homero Pires e seu constitucionalismo ruista*

Pedro Rubim Borges FORTES**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro ROR::, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Universidade Cândido Mendes ROR::, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

O presente artigo consiste em uma investigação histórica a partir da celebração de 90 anos da fundação da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro com a pretensão de se compreender o constitucionalista original da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. O Professor de Direito Constitucional e de Teoria Geral do Estado naquele período de fundação e de início da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro durante a década de 30 do século XX foi Homero Pires. Ao relembra a vida do Professor Homero Pires, o ensaio também explora o seu constitucionalismo ruista, na medida em que ele se tratava de um discípulo de Rui Barbosa como evidenciado pelo registro de suas atividades naquele período.

Palavras-chave: história constitucional; ensino jurídico; Homero Pires; Rui Barbosa; Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

* O presente ensaio foi elaborado a partir de uma experiência docente excelente que tive ao lecionar a disciplina eletiva “A Formação do Estado Brasileiro” no curso de graduação da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Como parte da reflexão teórica e histórica sobre o desenvolvimento histórico do Estado brasileiro ao longo de cerca de dois séculos, iniciávamos cada uma das aulas com uma apresentação detalhada e profunda sobre uma figura histórica importante para a formação do Estado no Brasil. Além de personagens decisivas da nossa história jurídico-política como Diogo Antônio Feijó, Frei Caneca, Tavares Bastos, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Francisco Campos, San Tiago Dantas, também resolvi pesquisar profundamente sobre Homero Pires – primeiro professor de direito constitucional da Faculdade de Direito – e sobre Luiz Frederico Sauerbronn Carpenter – fundador e primeiro diretor da faculdade de direito e patrono do Centro Acadêmico Luiz Carpenter (CALC). Sou extremamente grato ao corpo discente daquela disciplina eletiva pela experiência acadêmica excelente que tivemos e pelo estímulo para que mergulhássemos em uma série de personagens históricos. Agradeço ainda aos historiadores do direito Luís Rosenfield e Thiago Hansen pelas estimulantes conversas que temos tido sobre o tema, especialmente sobre o período da Era Vargas (1930-1945), que coincide também com o período de fundação da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e sua primeira década de existência. Agradeço a Biblioteca Nacional por viabilizar o acesso à fonte de pesquisa através da sua hemeroteca digital. Erros são todos meus.

** Doutor em Direito. Professor Adjunto de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Cândido Mendes e Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: pfortes@alumni.stanford.edu.

 <http://lattes.cnpq.br/8686418207292300>.  <https://orcid.org/0000-0003-0548-4537>

Recebido em 11 de setembro de 2025 e aprovado para publicação em 2 de janeiro de 2026.



El constitucionalista original de la Facultad de Derecho de Río de Janeiro: recordando a Homero Pires y su constitucionalismo de Rui Barbosa

Resumen

El presente artículo consiste en una investigación histórica a partir de la celebración de los 90 años de la fundación de la Facultad de Derecho de la UERJ con el objetivo de comprender al constitucionalista original de la Facultad de Derecho de Río de Janeiro. El profesor de Derecho Constitucional y Teoría General del Estado en ese período de fundación e inicio de la Facultad de Derecho de Río de Janeiro durante la década de 1930 fue Homero Pires. Al recordar la vida del profesor Homero Pires, el ensayo también explora su constitucionalismo ruista, en la medida en que era discípulo de Rui Barbosa, como lo evidencian los registros de sus actividades en ese período.

Palabras clave: historia constitucional; enseñanza jurídica; Homero Pires; Rui Barbosa; Universidad Estatal de Río de Janeiro.

The original constitutionalist of the Rio de Janeiro Law School: Remembering Homero Pires and his constitutionalism of Rui Barbosa

Abstract

This article consists of a historical investigation based on the 90th anniversary of the founding of the UERJ Law School, with the aim of understanding the original constitutionalist of the Rio de Janeiro Law School. Homero Pires was the professor of constitutional law and general theory of the state during the founding and early years of the Rio de Janeiro Law School in the 1930s. In recalling the life of Professor Homero Pires, the essay also explores his Ruista constitutionalism, insofar as he was a disciple of Rui Barbosa, as evidenced by the record of his activities during that period.

Keywords: constitutional history; legal education; Homero Pires; Rui Barbosa; Rio de Janeiro State University.

Le constitutionnaliste original de la Faculté de droit de Rio de Janeiro : En souvenir de Homero Pires et de son constitutionnalisme de Rui Barbosa

Résumé

Le présent article consiste en une recherche historique à partir de la célébration des 90 ans de la fondation de la Faculté de droit de l'UERJ, dans le but de comprendre le constitutionnaliste original de la Faculté de droit de Rio de Janeiro. Homero Pires était professeur de droit constitutionnel et de théorie générale de l'État à l'époque de la fondation et des débuts de la Faculté de droit de Rio de Janeiro dans les années 1930. En retraçant la vie du professeur Homero Pires, cet essai explore également son constitutionnalisme ruiste, dans la mesure où il était un disciple de Rui Barbosa, comme en témoignent les archives de ses activités à cette époque.

Mots-clés : Histoire constitutionnelle ; Enseignement juridique ; Homero Pires ; Rui Barbosa ; Université d'État de Rio de Janeiro.

里约热内卢法学院的宪法学先驱：缅怀奥梅罗·皮雷斯及其宪法主义思想

摘要：

2025年11月份，巴西里约热内卢州立大学（UERJ）举行了纪念法学院（Faculdade de Direito）成立90周年（1935-2025）的一系列庆祝活动。利用此时机，本文调查了里约州立大学法学院（FD/UERJ）成立史，旨在理解里约热内卢宪法学派的源流。奥梅罗·皮雷斯（Homero Pires, 1887-1962）教授在20世纪30年代参与创建里约热内卢法学院（Faculdade de Direito do Rio de Janeiro）——后来改名为里约热内卢州立大学法学院，并担任宪法学和邦国理论讲席教授。作者回顾了奥梅罗·皮雷斯的生平、政治活动与学术思想，并且将奥梅罗与他的导师鲁伊·巴博萨（Rui Barbosa, 1849-1923）的宪政主义思想做了比较，旨在发现他们的宪政主义思想的传承。

关键词：宪政历史；法学教育；奥梅罗·皮雷斯；鲁伊·巴博萨；里约热内卢州立大学

Der ursprüngliche Verfassungsrechtler der Rechtsfakultät von Rio de Janeiro: Erinnerungen an Homero Pires und seinen Verfassungsrecht von Rui Barbosa

Zusammenfassung

Der vorliegende Artikel ist eine historische Untersuchung anlässlich des 90-jährigen Jubiläums der Gründung der Rechtsfakultät der UERJ mit dem Ziel, den ursprünglichen Verfassungsrechtler der Rechtsfakultät von Rio de Janeiro zu verstehen. Der Professor für Verfassungsrecht und Allgemeine Staatstheorie in dieser Gründungsphase und zu Beginn der Rechtsfakultät von Rio de Janeiro in den 1930er Jahren war Homero Pires. In Erinnerung an das Leben von Professor Homero Pires untersucht der Aufsatz auch seinen Ruista-Konstitutionalismus, da er ein Schüler von Rui Barbosa war, wie aus den Aufzeichnungen seiner Aktivitäten in dieser Zeit hervorgeht.

Schlüsselwörter: Verfassungsgeschichte; Rechtslehre; Homero Pires; Rui Barbosa; Staatliche Universität von Rio de Janeiro.

Introdução: o constitucionalista original da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro

A Escola de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) é atualmente uma das mais importantes e conhecidas do Brasil, tendo sido liderada pelo Professor Luís Roberto Barroso e contando com uma equipe de professores permanentes na disciplina formada por Daniel Sarmento, Ana Paula de Barcellos, Jane Reis, Rodrigo Brandão, Pedro Rubim Borges Fortes, Wallace Corbo, Patrícia Perrone e Juliana Cesário Alvim Gomes. Ademais, o direito constitucional na UERJ, por força da influência da constitucionalização do direito, tem sido decisivo para a reflexão sobre o direito civil, o direito administrativo e o direito processual civil, tal como evidenciado pelo magistério, produção acadêmica e atuação profissional dos professores dessas disciplinas, como, por exemplo, Gustavo Tepedino, Gustavo Binenbojm e Luiz Fux.

No presente ensaio, nosso olhar não está no presente, mas sim no passado e nas origens da fundação daquela que viria a se tornar a Escola de Direito Constitucional da UERJ. No ano de 1935 foi fundada a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro por um grupo de professores liderados pelo Professor Luiz Frederico Sauerbronn Carpenter. O constitucionalista original foi o Professor Homero Pires, que lecionava direito constitucional e teoria geral do Estado para os alunos da graduação daquele curso recém-fundado. O objetivo do presente ensaio é de resgatar a memória histórica sobre esse constitucionalista original e seu constitucionalismo ruista.

O ensaio será, assim, dividido em três partes. Além da presente introdução, uma seção irá relembrar a vida de Homero Pires, enfatizando justamente o período da década de 30 do século XX em que foi fundada a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro para apresentar sua relação com a política, com a Casa de Rui Barbosa, com a Academia Brasileira de Letras (ABL) e com a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Uma última seção irá apresentar as considerações finais.

O presente trabalho é original, resultando de uma investigação histórica no contexto da celebração de 90 anos da fundação da Faculdade de Direito da UERJ com a pretensão de se compreender o constitucionalista original da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. O presente trabalho é relevante pelo resgate de uma memória histórica importante para a nossa compreensão do constitucionalismo brasileiro, da nossa educação jurídica e da evolução do pensamento jurídico-político brasileiro.

Relembrando Homero Pires e seu constitucionalismo ruista

A ideia de lembrar Homero Pires pressupõe que ele esteja esquecido. Trata-se de questão empírica, mas se alguém perguntar a estudantes de direito constitucional na graduação da Faculdade de Direito da UERJ, não devem saber o nome do constitucionalista original, que inaugurou ali o ensino de Direito Constitucional. Avisados que a cátedra de Teoria Geral do Estado e de Direito Constitucional foi inaugurada por Homero Pires, esses mesmos estudantes não possuem informações sobre a vida e a obra desse professor.

Um célebre ex-aluno de Homero Pires também endossa essa ideia de que ele está esquecido. Em entrevista para o projeto História Oral do Supremo Tribunal Federal (STF), o ex-Ministro da Justiça e ex-Ministro do próprio STF, Célio Borja, citou Homero Pires como um dos professores decisivos em sua formação acadêmica, salientando que se trata de um professor “esquecido” (Fontainha; Silva; Guimarães, 2015, p. 37). Célio Borja apresentou Homero Pires como “professor de teoria geral do Estado e de Direito Constitucional no bacharelado, diretor da Casa de Rui Barbosa, considerado um dos maiores ruistas do Brasil” (Fontainha; Silva; Guimarães, 2015, p. 37-38).

Para apresentar a vida de Homero Pires no período de fundação da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, a metodologia da pesquisa consistiu em investigação realizada no acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional com relação aos arquivos digitalizados do periódico *Jornal do Brasil*. A busca por “Homero Pires” resultou na localização de 279 registros de notícias sobre ele, tendo sido identificados textos sobre sua relação com a política, com a Casa de Rui Barbosa, com a Academia Brasileira de Letras (ABL) e com a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Homero Pires e a Política

Os primeiros registros jornalísticos se referem a Homero Pires como Deputado Federal ([Jornal do Brasil, ed. 15, 17 jan. 1930](#)). O prestígio político do Deputado é revelado

pela informação de que “a bordo do ‘Almanzora’, seguiram para o Rio de Janeiro o Senador Miguel Calmon e o Deputado Homero Pires, que tiveram um embarque muito concorrido” ([Jornal do Brasil, ed. 16, 18 jan. 1930](#)).

Seu apoio político ao interventor na Bahia e sua participação na criação de um novo partido político baiano juntamente com Juracy Magalhães, João Mangabeira e outros políticos locais eram noticiadas ([Jornal do Brasil, ed. 007, 8 jan. 1933](#)). Fundado o novo partido político, Homero Pires atuaria como delegado do Partido Social Democrático (PSD) no Rio de Janeiro ([Jornal do Brasil, ed. 034, 9 fev. 1933](#)). Na chapa baiana à Assembleia Nacional Constituinte, constava Homero Pires dentre os dezoito nomes anunciados ([Jornal do Brasil, ed. 085, 11 abr. 1933](#)). A chapa indicada pelo PSD para a Assembleia Nacional Constituinte foi eleita em votação realizada no dia 03 de maio de 1933.

Contudo, o político baiano J.J. Seabra enviou carta aberta ao Ministro da Justiça e seu teor foi publicado no Jornal do Brasil com transcrição de telegramas enviados pelo interventor aos Prefeitos Municipais. Para J.J. Seabra, a exigência de absoluta disciplina partidária dos seus correligionários necessária para a vitória integral da chapa do governo baiano era prova de interferência indevida do interventor da Bahia na eleição para as assembleias constituintes ([Jornal do Brasil, ed. 130, 03 jun. 1933](#)).

A situação de crise política na Bahia traz uma crônica da atuação de Homero Pires e João Mangabeira e como políticos esperavam a solução do conflito pelo Poder Judiciário em episódio de judicialização da política na década de 30 do século XX. Homero Pires era noticiado como o “Homero que não cochila jamais” e, indagado sobre Juracy Magalhães, respondeu com expressão inocente, que “teria ido ao Cipó”, a saber, a uma clínica de repouso no interior da Bahia ([Jornal do Brasil, ed. 135, 09 jun. 1933](#)).

Já João Mangabeira entrou na conversa relatada pelo noticiário, informando da indignação do Sr. Seabra com as eleições de 3 de maio e que a questão sobre coação nas eleições baianas deverá ser discutida no Tribunal Superior. A posição de João Mangabeira era extrema e afirmava que se ele próprio viesse a ser diplomado, iria recorrer para o Tribunal Superior ([Jornal do Brasil, ed. 135, 09 jun. 1933](#)). O Tribunal Superior Eleitoral tinha sido instalado somente um ano antes, em maio de 1932, no início da Era Vargas.

O resultado das eleições para a Assembleia Constituinte foi publicado na semana seguinte e os 22 candidatos do PSD tiveram uma votação entre 51.376 e 56.459 votos. Já J.J. Seabra aparecia como o candidato mais votado pela oposição, computando 12.363 votos. A oposição buscava discutir judicialmente os resultados eleitorais, impugnando judicialmente 40 urnas, mas dificilmente seria possível reverter os resultados das eleições

diante da grande diferença de votação ([Jornal do Brasil, ed. 143, 18 jun. 1933](#)). Proclamados os resultados definitivos da eleição para a Assembleia Constituinte, Homero Pires foi confirmado como um representante do povo baiano no processo de elaboração da Constituição Brasileira de 1934 ([Jornal do Brasil, ed. 151, 28 jun. 1933](#)).

Sua participação na Assembleia Constituinte também apareceu nos registros jornalísticos. Na primeira sessão, Homero Pires já buscou intervir em discussão com opiniões divididas entre políticos baianos com um chamamento à unidade e a afirmativa de que “a Bahia é uma só” ([Jornal do Brasil, ed. 273, 17 nov. 1933](#)). Durante visita oficial da comitiva da representação baiana ao Palácio do Catete, Homero Pires também compareceu para encontrar o Sr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório ([Jornal do Brasil, ed. 274, 18 nov. 1933](#)). Ao assistir palestra intitulada “A Educação e A Democracia” de Afrânio Peixoto na sede da Associação Brasileira de Educação, Homero Pires recebeu o apelo do palestrante “aos membros da Assembleia Constituinte para que na nova carta constitucional fossem incluídas diretrizes capazes de resolverem o problema educacional brasileiro” ([Jornal do Brasil, ed. 283, 29 nov. 1933](#)).

No dia 30 de novembro de 1933, Homero Pires teria sido o primeiro orador na Assembleia Constituinte, mas o Jornal do Brasil considerou que se tratava de um debate que se destinava a ficar perdido, porque tratou de várias questões, o projeto de texto constitucional ainda estava recebendo emendas e os oradores falavam indistintamente sobre qualquer ponto. Na visão do jornal, a discussão sobre assunto constitucional, puramente teórica, motivou apartes nervosos e insistentes, tendo o orador pedido ao Presidente que garantisse a sua palavra. Um dos apartes foi justamente para criticar Homero Pires pela sua defesa da retroatividade das leis, eis que se dizia discípulo de Rui Barbosa e “estava ali em flagrante contradição com o princípio fundamental por aquele super-homem apoiado e defendido com tanto ardor” ([Jornal do Brasil, ed. 285, 1 dez. 1933](#)).

Apesar dessas críticas e do injusto parâmetro de comparação com Rui Barbosa, Homero Pires participou ativamente do processo constituinte. Também no dia 05 de dezembro de 1933, Homero Pires foi o primeiro orador e novamente receberia comparações com Rui Barbosa: “o administrador da Casa Ruy Barbosa, naturalmente devido à leitura e manuseio das peças oratórias do grande tribuno, seu conterrâneo, resolveu seguir o exemplo do grande mestre, frequentando a tribuna diariamente, como fazia a Águia de Haya com seu verbo flamejante” ([Jornal do Brasil, ed. 289, 6 dez. 1933](#)).

Para se ter uma ideia de como alguns dos apartes dirigidos a Homero Pires eram exagerados e injustos, em um de seus discursos, o Deputado Constituinte Sampaio Correia se referiu a um filósofo grego para criticar o perfeccionismo e afirmar que a Assembleia

Nacional inevitavelmente cometeria erros na elaboração da Constituição, mas se recusou a declarar o nome do filósofo grego “para que me não peçam a leitura do autor no original, como já fizeram ao senhor Homero Pires” ([Jornal do Brasil, ed. 309, 29 dez. 1933](#)).

Também foram duríssimos os embates entre baianos e pernambucanos nas discussões sobre os limites territoriais dos Estados, tendo ocorrido “tumulto medonho” e “áspero debate” entre Joaquim de Arruda Falcão, Barreto Campelo e Padre Câmara em defesa de Pernambuco e Magalhães Netto, Francisco Rocha e Homero Pires na defesa da Bahia ([Jornal do Brasil, ed. 085, 11 abr. 1934](#)).

Noutro debate, Homero Pires defendia a apresentação do Sr. Jones Rocha sobre a administração do Distrito Federal diante das críticas de Henrique Dodsworth e este último ironizou-o, afirmando que teve prazer em “verificar que o Sr. Homero Pires está perfeitamente ao par da administração do Distrito Federal”. Após responder que sabia “como todo Deputado, como todo brasileiro”, Homero Pires criticou Henrique Dodsworth, afirmando que o aparte não estava “na altura da inteligência do nobre Deputado”. Henrique Dodsworth multiplicou sua ironia, indagando a Homero Pires se “acha Vossa Excelência que não está na altura da minha inteligência fazer elogio a Vossa Excelência?” ([Jornal do Brasil, ed. 032, 07 fev. 1934](#)).

Homero Pires se destacou durante a discussão sobre a tentativa de imposição de limites à imigração japonesa ao Brasil na Assembleia Constituinte. Durante longa exposição de Moraes Andrade em defesa da tese que o Brasil não precisava “da imigração de serviçais”. Após Moraes Andrade fazer uma menção a Rui Barbosa em defesa da sua argumentação nacionalista e discriminatória, Homero Pires imediatamente apartou e afirmou que “isso nada tem com o assunto”. Esse foi o primeiro de uma série de dez apartes críticos que se encerrou, com uma frase altamente irônica, tirando do contexto uma frase de Moraes Andrade atribuída a Machado de Assis sobre o homem mais bonito do mundo: “Quanto a beleza do japonês, estamos todos de acordo”. Atordoado com o aparte irônico, Moraes Andrade perguntou em voz alta: “quem está falando da beleza dos japoneses?”. E a discussão seguiu, tendo a posição crítica de Homero Pires ficado bem clara com sua firme sequência de apartes ([Jornal do Brasil, ed. 022, 26 jan. 1934](#)).

Uma missão significativa dada a ele foi buscar a fórmula constitucional para que o Chefe do Governo Provisório viesse a ser legitimamente eleito Presidente da República, tendo sido Homero Pires escolhido para o comitê de redação e como o principal redator do referido documento ([Jornal do Brasil, ed. 090, 17 abr. 1934](#)). Em coluna, Oswaldo Orico questionou as críticas formuladas aos redatores do documento, elogiando sua experiência

política e sua qualificação técnica: “o Sr. Homero Pires, a cujas notáveis qualidades intelectuais rendo sempre homenagens, passa por ser o redator de vários manifestos célebres” ([Jornal do Brasil, ed. 093, 20 abr. 1934](#)). Esse manifesto foi publicado no dia 21 de abril de 1934 e Homero Pires foi apelidado pelo noticiário de “o caldeireiro da política” ([Jornal do Brasil, ed. 094, 21 abr. 1934](#)).

O sucesso dessa empreitada o credenciou a ser posteriormente nomeado para a Comissão de Redação da Constituição como a pessoa encarregada de redigir o seu texto ([Jornal do Brasil, ed. 138, 12 jun. 1934](#)). Uma vez promulgada a Constituição, Homero Pires viria a ser selecionado para participar da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados ([Jornal do Brasil, ed. 199, 21 ago. 1934](#)). Homero Pires também participou da Comissão de Reforma do Código Eleitoral na Câmara dos Deputados, encarregada de adotar o sistema proporcional de representação tal como determinado pela Constituição de 1934 ([Jornal do Brasil, ed. 204, 26 ago. 1934](#)).

Homero Pires também teve atuação destacada na Comissão nos estudos sobre o projeto de segurança nacional em 1935 ([Jornal do Brasil, ed. 032, 06 fev. 1935](#)). Teve posicionamento firme em debate na Câmara dos Deputados para concessão de licença para processar deputados presos, inclusive seu correligionário João Mangabeira ([Jornal do Brasil, ed. 154, 30 jun. 1936](#)). Proferiu voto individual firme contra a orientação do seu próprio partido e contra a pretensão do Presidente da República Getúlio Vargas de prorrogação por 90 dias do Estado de Guerra em 1937: “reputo inadmissível o estado de sítio e, sobretudo, o estado de guerra pura e simplesmente para os efeitos de que quaisquer processos aguardem as respectivas denúncias” ([Jornal do Brasil, ed. 057, 10 mar. 1937](#)).

Existem, ainda, inúmeros registros jornalísticos de embates entre Homero Pires e o opositor baiano J.J. Seabra, mas sobre questões regionais baianas de reduzido interesse ao leitor contemporâneo. Com a proibição dos partidos políticos e o fechamento do Congresso Nacional por Getúlio Vargas em 1937 em uma das inúmeras crises da democracia na história brasileira, Homero Pires se tornaria um ex-deputado (Fortes, 2023, 2024).

Homero Pires e a Casa de Rui Barbosa

Homero Pires esteve presente na inauguração do Museu Casa de Rui Barbosa ocorrida no dia 13 de agosto de 1930. Apesar de não ter tido participação ativa na cerimônia de inauguração liderada pelo Presidente da República, Washington Luiz, e que teve João Mangabeira como o principal orador, Homero Pires estava na lista de autoridades presentes ao referido evento ([Jornal do Brasil, ed. 194, 14 ago. 1930](#)).

Em maio de 1932 foi lançada uma nova edição do primeiro volume dos Comentários à Constituição Brasileira de Rui Barbosa, corrigidos e prefaciados por Homero Pires. A publicação decorreu de trabalho realizado há muitos anos por Homero Pires, que tinha colecionado escritos de Rui Barbosa, em trabalhos esparsos e de épocas diferentes, contendo comentários sobre todos os artigos do texto constitucional brasileiro. Para o Jornal do Brasil, trata-se de “obra gigantesca”, sendo Homero Pires o “possuidor da maior cultura ruyana do paiz” ([Jornal do Brasil, ed. 99, 27 abr. 1932](#)). Posteriormente, com a publicação do segundo volume dessa obra, o jornal considera que Homero Pires estava se desobrigando de uma dívida que os juristas brasileiros têm com Rui Barbosa ([Jornal do Brasil, ed. 220, 16 set. 1933](#)).

No último dia do ano de 1932, era noticiado o convite formulado pelo Presidente Getúlio Vargas para que Homero Pires assumisse a Direção da Casa de Rui Barbosa, tendo sido tornado público o teor de telegrama enviado para o interventor da Bahia, Sr. Juracy Magalhães:

Em homenagem à Bahia e de acordo com o desejo que manifestastes, nomeei o Dr. Homero Pires zelador da Casa de Ruy Barbosa. Recaiu pois, a escolha em um bahiano (*sic*) ilustre, antigo representante desse Estado, comentador (*sic*) provecto da obra do grande brasileiro. Saudações cordeaes (*sic*). Getúlio Vargas ([Jornal do Brasil, ed. 312, 31 dez. 1932](#)).

O Jornal do Brasil ecoou os elogios formulados pelo Presidente Getúlio Vargas, considerando que a nomeação era “justa e acertada”, especialmente pelo fato de Homero Pires ser um “jurista, literato e catedrático da Faculdade de Direito” que se mantinha fiel aos ensinamentos de Rui Barbosa e era “um dos maiores conhecedores da obra do mestre” ([Jornal do Brasil, ed. 312, 31 dez. 1932](#)).

Em 1933, a Casa de Rui Barbosa recebeu um busto de mármore de Rui Barbosa como doação do governo da Bahia. A inauguração ocorreu em ato de grande solenidade, com presença da viúva de Rui Barbosa e discurso do interventor, Juracy Magalhães, que afirmou que ensinamentos do inesquecível baiano e seu liberalismo puro inspiravam-no no governo da Bahia e que a representação baiana na Assembleia Constituinte se inspiraria pela sua campanha civilista ([Jornal do Brasil, ed. 190, 11 ago. 1933](#)).

Em reunião de trabalho na Casa de Rui Barbosa, a bancada baiana definiu que Medeiros Neto seria o seu líder na Assembleia Constituinte. Apesar de a escolha da Casa de Rui Barbosa ser potencialmente justificada como homenagem ao saudoso brasileiro, o jornal sugere que a influência que prevaleceu na reunião não foi a de Rui Barbosa e sim a do Capitão Juracy de Magalhães ([Jornal do Brasil, ed. 267, 10 nov. 1933](#)).

No final de 1933, Getúlio Vargas nomeou o escritor Humberto de Campos como administrador interino para a Casa de Rui Barbosa, diante do impedimento temporário do Sr. Homero Pires, em razão de ter sido eleito Deputado Constituinte ([Jornal do Brasil, ed. 307, 27 dez. 1933](#)). A nomeação do novo diretor interino foi elogiada como uma decisão que provavelmente seria a indicação do povo brasileiro, se o país fosse ouvido a respeito ([Jornal do Brasil, ed. 005, 06 jan. 1934](#)).

Por outro lado, o reconhecimento de Homero Pires como eminente ruista era tão forte que, quando resolveram suspender uma sessão da Assembleia Constituinte em 1934 para homenagear Rui Barbosa, foi ele o primeiro orador a assumir a tribuna para proferir discurso em sua homenagem ([Jornal do Brasil, ed. 051, 02 mar. 1934](#)).

Mesmo após ter deixado a direção da Casa de Rui Barbosa, Homero Pires continuou envolvido com a instituição e com o projeto de publicação das obras completas de Rui Barbosa. Como membro de uma Comissão sob a presidência de Gustavo Capanema, Ministro da Educação, Homero Pires colaborou com o planejamento da publicação de uma edição completa das obras de Rui Barbosa contendo 50 volumes, organizada em ordem cronológica desde 1875 até 1932 ([Jornal do Brasil, ed. 162, 13 jul. 1937](#)).

No ano de 1938, a realização de uma conferência sobre a personalidade de Rui Barbosa marcou a comemoração do seu aniversário na Casa de Rui Barbosa e Homero Pires, como “um dos mais profundos conhecedores da vida e da obra do preclaro estadista e jurisconsulto”, foi escolhido como o palestrante desse evento ([Jornal do Brasil, ed. 258, 04 nov. 1938](#)). O teor da sua palestra foi o seguinte:

O ponto mais desenvolvido da conferência feita pelo conhecido homem de letras e ex-parlamentar, que é um grande cultor da obra de Rui, foi o do carinho de Rui Barbosa pelos livros, carinho esse devotado nos menores detalhes de função da sua biblioteca, desde a sistematização pelos assuntos e autores até à minúcia mais requintada da arte bibliográfica ([Jornal do Brasil, ed. 260, 06 nov. 1938](#)).

O Jornal do Brasil considerou que a apresentação foi “uma brilhante peça literária”, tendo recebido “fervorosos aplausos” do público presente. Posteriormente, esse trabalho foi publicado como livro por Homero Pires (1945).

Em 1939, sob a nova direção de Américo Lacombe, a Casa de Rui Barbosa iniciou um novo ciclo de apresentações sobre a vida de Rui Barbosa. O Jornal do Brasil destacou o fato de que a iniciativa de realização dessas conferências coube a Homero Pires durante o período em que dirigiu a Casa de Rui Barbosa ([Jornal do Brasil, ed. 188, 11 ago. 1939](#)). Dentre os palestrantes programados para aquele ano estavam Augusto Schmidt, Martinho Nobre de Melo, Aníbal Pereira e Francisco Campos ([Jornal do Brasil, ed. 232, 30 set. 1939](#)).

Homero Pires e a Academia Brasileira de Letras

Com relação ao seu perfil de Homero Pires como autor literário, alguns registros jornalísticos se referem ao lançamento de uma biografia intitulada “Junqueira Freire, sua vida, sua época, sua obra” ([Jornal do Brasil, ed. 19, 22 jan. 1930](#); [Jornal do Brasil, ed. 181, 30 jul. 1930](#)). A conexão de Homero Pires com o biografado estava relacionada com sua posição na Academia de Letras da Bahia, em que ocupava a cadeira n. 28, cujo patrono é justamente Luís José Junqueira Freire. Essa biografia escrita por Homero Pires foi selecionada para um concurso literário organizado pela Academia Brasileira de Letras (ABL) ([Jornal do Brasil, ed. 85, 09 abr. 1930](#)).

Outro ponto episódio importante da vida de Homero Pires ligado à ABL foi a sua candidatura para ocupar a Cadeira n. 38 que tinha pertencido a Graça Aranha. No dia 04 de junho de 1931, foi realizada a votação para a escolha do novo imortal que viria a ocupar aquela cadeira. No primeiro escrutínio, Homero Pires recebeu 14 votos – um número significativo, embora tenha sido inferior ao do seu concorrente naquele certame, Santos Dumont, que recebeu 17 votos. O *Jornal do Brasil* considerava que a disputa seria renhida “pois o Sr. Homero Pires, gozando de real sympathia e prestígio nos meios acadêmicos, era um concorrente temível”. No segundo escrutínio, Homero Pires recebeu somente 10 votos e Santos Dumont recebeu 19 votos, vindo a ser eleito para ocupar a cadeira n. 38 da ABL ([Jornal do Brasil, ed. 134, 05 jun. 1931](#)).

Contudo, Santos Dumont jamais viria a tomar posse na ABL, tendo cometido suicídio em 23 de julho de 1932. Apenas quatro dias após a morte de Santos Dumont, já se noticiava uma nova mobilização de candidatos para a cadeira n. 38 da ABL: “O Sr. Homero Pires, como todos sabem, foi candidato à Academia na vaga de Graça Aranha. Concorreu com Santos Dumont e foi por ele vencido. Voltará agora a pleitear a cadeira em que Santos Dumont o venceu” ([Jornal do Brasil, ed. 178, 28 jul. 1932](#)).

Na nova disputa pela cadeira n. 38 da ABL, inscreveram-se cinco candidatos: Homero Pires; Celso Vieira; Menotti del Picchia; Arthur Motta; e Liberato Bittencourt. Reproduzimos integralmente o parágrafo dedicado pelo *Jornal do Brasil* ao perfil de Homero Pires por ocasião desse certame para a ABL porque relembra a sua trajetória de vida:

O Sr. Homero Pires foi candidato com Santos Dumont à vaga de Graça Aranha. Erudito, amigo das pesquisas minuciosas, ele escreveu sobre Junqueira Freyre um livro completo. Seu arquivo, suas colleções, são verdadeiras preciosidades. Especialista em Ruy Barbosa e em outros clássicos da língua portuguesa, sejam do Brasil, seja de Portugal, elle é um desses espíritos que conservam as cousas em ordem e que parecem tudo saber, pela disciplina rigorosa que se dão. Ex-Deputado pela Bahia, parece agora estar eleito para uma das cadeiras da constituinte. É também diretor da Casa de Ruy Barbosa. Jornalista. Professor de Direito ([Jornal do Brasil, ed. 178, 28 jul. 1932](#)).

No final de 1932, Homero Pires participou do almoço no Beira Mar Cassino com que amigos e admiradores do Sr. Gustavo Barroso, Presidente da ABL, celebraram com ele o seu aniversário e festejavam sua reintegração no cargo de direção do Museu Histórico Nacional ([Jornal do Brasil, ed. 309, 28 dez. 1932](#)). Ainda não tinha ocorrido a esperada eleição para a Cadeira n. 38.

A votação viria a ocorrer somente em 20 de julho de 1933, mais de um ano depois da morte de Santos Dumont. O Jornal do Brasil considerava que a eleição seria muito disputada e, possivelmente, nenhum dos cinco candidatos obteria a maioria naquele dia. Para o jornal, os favoritos à vitória eram Homero Pires e Celso Vieira ([Jornal do Brasil, ed. 170, 20 jul. 1933](#)).

Contudo, a eleição foi resolvida logo no primeiro escrutínio, em que Celso Vieira recebeu 22 votos, Homero Pires recebeu somente 4 votos, Arthur Motta e Liberatto Bittencourt receberam 3 votos e Menotti del Picchia recebeu somente um voto. A reportagem lembrou que, em sua disputa com Santos Dumont, Homero Pires tinha recebido 13 votos, de modo que perdeu 9 eleitores em dois anos. Qual seria a explicação para esse fenômeno de desidratação eleitoral de Homero Pires na ABL? Não sabemos e tampouco sabia o Jornal do Brasil, que atribuiu a baixa votação de Homero Pires a “volubilidades da Academia...” ([Jornal do Brasil, ed. 171, 21 jul. 1933](#)). O fato é que a ABL elegeu Celso Vieira, que tomou posse na Cadeira n. 38.

Um dos duros apartes que Homero Pires teve durante a Assembleia Constituinte foi com o Deputado Constituinte Fernando Magalhães, que era político, médico e membro da ABL. Homero Pires ficou zangado com a crítica a um dispositivo redigido por ele como sendo a “Ilíada da Constituição” e se referiu a Fernando Magalhães como o “deputado-parteiro” que misturava alhos com bugalhos. Fernando Magalhães respondeu duramente que era um parteiro que assistiu ao seu aborto na ABL. Recebeu de Homero Pires a resposta de que “mas votou em mim”, tendo Fernando Magalhães replicado que foi “por dever de ofício, porque era um aborto” ([Jornal do Brasil, ed. 155, 01 jul. 1934](#)).

Posteriormente, também na própria Assembleia Constituinte, Homero Pires interrompeu três vezes palestra de Fernando Magalhães, então Presidente da ABL, sobre a ortografia simplificada para corrigir informação sobre o nome da pessoa que responsável

pela produção da primeira edição do dicionário contemporâneo brasileiro ([Jornal do Brasil, ed. 164, 12 jul. 1934](#)).

Após o encerramento da Assembleia Constituinte, com a promulgação da Constituição de 1934, Homero Pires atuou com desenvoltura na Câmara dos Deputados, conforme já descrito acima. O Jornal do Brasil registrou sua alegria quando assumiu a liderança da bancada da Bahia em 1937 e teve maior liberdade de movimentos: “O Sr. Homero Pires estava ontem sorridente no Palácio Tiradentes. Parecia até que alcançara o seu velho sonho e se encontrava eleito para uma das poltronas azuis da Academia Brasileira de Letras” ([Jornal do Brasil, ed. 052, 04 mar. 1937](#)). Infelizmente, não se pode ter tudo na vida e esse sonho de Homero Pires nunca foi realizado.

Homero Pires e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro

O primeiro registro encontrado no Jornal do Brasil sobre a criação da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro é datado de 06 de fevereiro de 1935, com a notícia de que a iniciativa tinha “à sua frente elementos dos mais prestigiosos em nossos meios jurídicos e universitários” e de que se tratava de uma iniciativa de Ephraim Rizzo, da Associação Cristã de Moços, e que teria como seu Diretor o Professor Luiz Carpenter. Naquela notícia, já era apresentado Homero Pires como Professor de Direito Constitucional, disciplina programada para o 2º ano do ensino do curso de graduação ([Jornal do Brasil, ed. 032, 06 fev. 1935](#)).

Também registrou o noticiário a realização de uma reunião da Congregação da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, no edifício da Associação Cristã de Moços, no dia 23 de março de 1935, para tratar de assuntos relacionados com o ano letivo, da qual participou Homero Pires. As deliberações do conselho foram sobre medidas de interesse geral, tais como a prorrogação do prazo para a inscrição no exame vestibular, a dispensa de exame vestibular para a matrícula de candidatos que já tenham sido aprovados em exames nas faculdades oficiais ou oficializadas e reduzindo o valor da taxa de matrícula ([Jornal do Brasil, ed. 071, 24 mar. 1935](#)).

No dia 20 de abril de 1935, ocorreu uma nova reunião da Congregação, da qual participou Homero Pires, e foi fixada a data de 25 de abril, entre 12:00 horas e 16:00 Horas, para a realização do exame disciplinar, sendo que as matérias do certame eram Geografia, Higiene, Literatura, Psicologia e Latim. A seleção da banca também foi realizada, cabendo a Homero Pires integrar a banca examinadora de literatura, juntamente com os professores Luiz Carpenter e Clóvis Maranhão ([Jornal do Brasil, ed. 095, 21 abr. 1935](#)). O exame vestibular seria diferente no ano de 1938, contendo as matérias “latim”, “sociologia”,

“higiene”, “história da filosofia”, “geografia” e “literatura”, sendo que Homero Pires estava na banca examinadora de “higiene” nesse exame ([Jornal do Brasil, ed. 016, 20 jan. 1938](#)).

A sessão de inauguração solene da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro ocorreu no dia 11 de maio de 1935, tendo sido dirigida pelo seu Diretor Luiz Carpenter e contando com palestras dos Professores Roberto Lira e Alcides Bezerra sobre a utilidade do ensino livre e sobre o critério adotado para a organização da nova Faculdade. Antes da realização dessa sessão solene, a Faculdade de Direito já vinha funcionando desde o início do mês de maio, com a realização regular do 1º ano dos cursos de graduação no período diurno e noturno, merecendo registro que Homero Pires estava lecionando “Introdução à Ciência do Direito” para o período noturno ([Jornal do Brasil, ed. 114, 14 maio 1935](#)).

Um projeto foi apresentado para que a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro viesse a ser considerada de utilidade pública, podendo vir a receber uma subvenção de vinte mil contos de réis anuais pelo Prefeito Municipal mediante a contrapartida de destinar seis matrículas para a municipalidade ([Jornal do Brasil, ed. 204, 27 ago. 1935](#)). O referido projeto somente iria ser aprovado pelo Distrito Federal no dia 13 de janeiro de 1937 ([Jornal do Brasil, ed. 014, 17 jan. 1937](#)).

Em nova reunião da Congregação, realizada no dia 03 de fevereiro de 1936, foram tomadas deliberações sobre medidas de caráter geral, tais como prorrogação de prazo para o exame vestibular, definição de data para realização de exames, abertura de vagas para matrículas para o 2º ano e aprovação de relatório de secretaria e de tesouraria. Além disso, ficou decidido que alguns professores fariam palestras educativas, abordando temas práticos e de grande alcance para os estudantes do curso de bacharelado, sendo certo que o Professor Homero Pires seria um desses palestrantes ([Jornal do Brasil, ed. 033, 07 fev. 1935](#)).

Naquela época, o calendário de provas também era noticiado na imprensa e nove provas foram aplicadas na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro entre os dias 15 de junho de 1936 e 20 de junho de 1936, merecendo registro o fato de que Homero Pires era responsável pela aplicação de duas provas de “Direito Público Constitucional”, sendo que a prova para a primeira turma seria no dia 19 de junho às 09:00 horas e a prova para a segunda turma seria no dia 20 de junho às 09:00 horas ([Jornal do Brasil, ed. 136, 09 jun. 1936](#)). A divisão em duas turmas significava que os alunos de 1 a 30 deveriam ser avaliados no grupo da 1ª turma e os alunos de 31 a 60 deveriam ser avaliados no grupo da 2ª turma ([Jornal do Brasil, ed. 140, 13 jun. 1936](#)).

Em mais uma reunião da Congregação, foi feita a leitura do novo contrato de manutenção da Faculdade, assinado com a Associação Cristã de Moços, que teve que ser elaborado em substituição ao anterior, que tinha sido impugnado pelo Conselho Nacional

de Educação. A Faculdade foi apresentada como sendo uma sociedade civil formada por 21 professores, dos quais dez eram catedráticos de escolas de direito oficiais, cinco eram docentes-livres da Faculdade de Direito da Universidade, cinco eram advogados e um era magistrado. O Diretor Luiz Carpenter considerou pronto o trabalho a fim de ser solicitada a inspeção preliminar pelo Ministério da Educação, tendo se falado longamente sobre o tema, especialmente sobre a boa vontade e cooperação de todos para se alcançar o fim visado ([Jornal do Brasil, ed. 205, 28 ago. 1936](#)).

O Jornal do Brasil noticiou que o Conselho Nacional de Educação reconheceu, por unanimidade, inspeção preliminar à Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Tal deliberação importaria no reconhecimento da referida faculdade, tendo o jornal explicado que existiam então dois institutos de ensino jurídico na capital brasileira: “a Faculdade Nacional de Direito, integrada na Universidade do Brasil e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro” ([Jornal do Brasil, ed. 200, 26 ago. 1937](#)).

Por ocasião da reabertura das aulas no ano letivo de 1939, em solenidade presidida pelo Diretor Oscar Tenório, o representante do corpo discente, bacharelando Joaquim de Sousa Neto, se referiu ao [Decreto n. 3.772, de 28 de fevereiro de 1939](#) (Brasil, 1939), que reconheceu oficialmente a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. O estudante louvou a orientação dada pelos professores às atividades do instituto e a obra realizada pelo governo com relação ao ensino livre do direito. Novamente, estava presente à solenidade o Professor Homero Pires ([Jornal do Brasil, ed. 064, 17 mar. 1939](#)).

Considerações Finais

Em sua entrevista na História Oral do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Célio Borja afirmou que os professores que mais o marcaram na sua escolarização na Faculdade estão esquecidos, referindo-se primeiro a Homero Pires, que foi seu Professor de teoria geral do estado e de direito constitucional (Fontainha; Silva; Guimarães, 2015). Indagado sobre os livros que mais o marcaram em matéria de direito constitucional, o Ministro Célio Borja iniciou sua resposta justamente pelo livro especialmente editado por Homero Pires como constitucionalista ruista durante a década de 30 do século XX: “não sei se você conhece os Comentários da Constituição de 1891 de Rui Barbosa, é um livro precioso” (Fontainha; Silva; Guimarães, 2015, p. 42). Apesar de atualmente esquecido, Célio Borja não hesitou em se referir a Homero Pires como sendo “uma figura eminente” (Fontainha; Silva; Guimarães, 2015, p. 41).

Nesse contexto, o presente ensaio é bem-sucedido na recuperação da memória histórica de um eminente professor com referência a 61 reportagens do Jornal do Brasil

sobre Homero Pires durante a década de 30 do século XX de um total de 279 registros jornalísticos encontrados em busca realizada na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Foi feito um mapeamento empírico sobre a relação de Homero Pires com a política, com a Casa de Rui Barbosa, com a ABL e com a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Pesquisas futuras poderão aprofundar o resgate da memória histórica sobre Homero Pires a partir de análise documental nas instituições integradas por ele e da exposição das obras por ele elaboradas. Por ora, por ocasião do aniversário de 90 anos da Faculdade de Direito da UERJ, o presente artigo apresenta o constitucionalista original da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, lembrando Homero Pires e seu constitucionalismo ruista.

Como citar este artigo:

ABNT

FORTES, Pedro Rubim Borges. O constitucionalista original da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro: lembrando Homero Pires e seu constitucionalismo ruista. *Passagens rev. int. hist. pol. e cult. jur.*, Niterói, v. 18, n. 1, p. 118-134, jan.-abr. 2026. <https://doi.org/10.15175/c4m3dn60>

APA

Fortes, P. R. B. (2026). O constitucionalista original da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro: lembrando Homero Pires e seu constitucionalismo ruista. *Passagens rev. int. hist. pol. e cult. jur.*, 18(1), 118-134. <https://doi.org/10.15175/c4m3dn60>

Copyright:

Copyright © 2026 Fortes, P. R. B. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

Copyright © 2026 Fortes, P. R. B. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

Editora responsável pelo processo de avaliação:

Gizlene Neder

Fonte

BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital Brasileira *Jornal do Brasil*, 1930 - 1939. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=030015>. Acesso em: 10 set. 2025.

Referências

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 3.772, de 28 de Fevereiro de 1939*. Concede reconhecimento ao curso de bacharelado em Direito, mantido pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3772-28-fevereiro-1939-348030-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 set. 2025.

FONTAINHA, Fernando de Castro; SILVA, Angela Moreira Domingues da; GUIMARÃES, Fabícia. *História oral do Supremo [1988-2013]*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. v. 6: Célio Borja.

FORTES, Pedro Rubim Borges. Crises da democracia e de governo: um ensaio de história constitucional brasileira em defesa da Constituição-Cidadã e da cidadania emancipada. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 15, n. 1, 2023. <https://doi.org/10.15175/1984-2503-202315101>

FORTES, Pedro Rubim Borges. O Constitucionalismo dos 'Tupinambás de Casaca': Era Vargas em Três Atos. *REI-Revista Estudos Institucionais*, v. 10, n. 4, p. 1184-1212, 2024. <https://doi.org/10.21783/rei.v10i4.876>

PIRES, Homero. *Rui Barbosa e os Livros*. 4. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.